

O negócio do desejo*

Júlio Assis Simões**

“Quando vou transar com um cliente” – diz um garoto de programa entrevistado por Nestor Perlongher em *O negócio do michê* – “eu não sou eu; eu sou a fantasia do cliente”. O desejo fora da ordem se vê emaranhado, de saída, nas demandas da troca material e do imaginário que o provoca e regula. Práticas apaixonadamente transgressivas vêm de braço dado com os imperativos categóricos do comércio e da identidade. Arrebatamento e regra, acaso e cálculo, prazer e prescrição são reunidos de forma tensa e indissolúvel, não como pares de opostos bem comportados em suas casinhas, mas como vivências alternadas, simultâneas, embrulhadas umas nas outras. Na enunciação do rapaz se condensa o complexo de questões que a prostituição homossexual masculina abarca e projeta para além dela própria, e que formam a matéria desse notável trabalho, reeditado em boa hora. Trata-se de uma etnografia substancial e de um ensaio brilhante de interpretação teórica, que não apenas se destaca no importante acervo de estudos socioantropológicos de sexualidade feitos no Brasil, em sua época, como se mostra altamente proveitoso e relevante à luz dos debates atuais.

O negócio do michê é fruto de uma dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida na Unicamp em 1986 e publicada pela primeira vez no ano seguinte. Considerando as condições e rotinas dos programas de pós-graduação hoje em dia,

* Resenha de PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008. Recebida para publicação em outubro de 2008, aceita em outubro de 2008.

** Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Professor do Departamento de Antropologia da USP e pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp. juliosimoes@uol.com.br

O negócio do desejo

pode espantar que há pouco mais vinte anos fosse possível alguém desenvolver um trabalho de tal envergadura durante um mestrado. Eram outros tempos, sem dúvida, menos ansiosamente produtivistas do que os atuais, em que o mestrado era um momento privilegiado de formação. Mas é fato, também, que estamos diante de um talento excepcional. Perlongher já tinha uma carreira em construção na Argentina, como promissor poeta, além de pesquisador e ativista político, antes de migrar para o Brasil, na virada dos anos 1980, e se refugiar, como ele dizia, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Com efeito, alguns dos *insights* teóricos que o autor desenvolveu na dissertação e no livro já tinham sido exercitados anteriormente em uns poucos artigos por ele publicados ainda em seu país natal.

De todo modo, o produto final tem muito a ver com as influências recebidas e reelaboradas no Brasil. Traz ele a marca da pesquisa etnográfica na Unicamp dessa época, atenta às interações e negociações de sentido que se processavam em campos delimitados e, ao mesmo tempo, aberta à transposição criativa das fronteiras disciplinares em favor da compreensão mais ampla das múltiplas dimensões envolvidas em temas particulares. Essa marca é ainda evidente na conexão crítica que o trabalho desenvolve em relação ao investimento nas temáticas de sexualidade e gênero, implantado na Unicamp por dois de seus decanos da área de Antropologia Social, Peter Fry e Verena Stolcke, e que continuava (e continua) a ser cultivado, entre outros, por Mariza Corrêa, a orientadora final da dissertação de Perlongher. É importante realçar também o cenário político-cultural da época, mais especificamente de 1982 a 1986, anos em que Perlongher realizou sua pesquisa e escreveu seu trabalho. Era o começo da transição democrática, quando os primeiros grupos políticos organizados em defesa da homossexualidade, criados no bojo da abertura política no final da década anterior, estavam às voltas com impasses e desafios postos pelo cenário paradoxal de retomada das liberdades políticas e agravamento da crise

econômica. A expansão do espetáculo e do consumo voltado às homossexualidades deparava-se então com a terrível irrupção da pandemia da Aids, cuja magnitude trágica apenas se desenhava e da qual o próprio Perlongher veio a ser uma das vítimas.

Nesse quadro, a discussão em torno da homossexualidade masculina, tanto na academia como na política, problematizava a questão das emergentes políticas de identidade. Havia naquele momento uma grande inquietação quanto à possibilidade de essencialização (ou “reificação”, para usar uma expressão mais comum à época) da oposição hetero/homossexualidade e da conseqüente instituição de novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização. A base era a conhecida reflexão de Peter Fry acerca de dois modelos classificatórios da sexualidade masculina em disputa. De um lado, o modelo “hierárquico-popular”, de profundas e persistentes raízes históricas e culturais, que distinguia “homens” e “bichas”, respectivamente “ativos” e “passivos”, segundo uma hierarquia de gênero articulada ao papel esperado no ato sexual. De outro, o modelo “igualitário-moderno”, que distinguia “homossexuais” (“entendidos” ou “gays”) e “heterossexuais” a partir de concepções de orientação do desejo sexual, cuja origem estaria nos discursos médicos e psicológicos do final do século XX, crescentemente adotado pelos movimentos em defesa dos direitos homossexuais e pelos setores mais intelectualizados das classes médias das grandes cidades. Uma preocupação central que decorria dessa reflexão era a relação vertical instaurada entre os próprios modelos, transformados em signos de distinção de classe. Tal “hierarquia” reforçava o estigma e a reprovação social de que já eram alvo os praticantes das “homossexualidades populares”, bichas e travestis, marcando-os com a pecha do “atraso”, da “falta de consciência”, da “incorreção política”, etc.

A reflexão de Fry mantinha-se no plano dos “modelos” – isto é, das idéias, valores, representações e de suas conexões lógicas, por meio das quais comportamentos e identidades ganhavam inteligibilidade social, demarcando as regras e suas

O negócio do desejo

contravenções. Ao se engajar nos termos desse debate, Perlongher recompôs a formação histórica das taxonomias operantes no seu contexto de pesquisa e transfigurou-as por meio do mergulho nas condutas e atribuições identitárias acionadas nas sociabilidades homoeróticas masculinas. Sua etnografia valeu-se de uma leitura de conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze e Felix Guattari (bem anterior ao atual *frisson* antropológico em torno desses autores, no qual, aliás, Perlongher costuma ser ignorado), articulando a “cartografia” dos territórios existenciais atravessados por “segmentaridades binárias”, da “ordem do molar”, que cindem os sujeitos segundo oposições de gênero, idade, classe e cor/raça, dentre outras, com o plano da “ação molecular”, das experiências e trajetórias despertadas pelo agenciamento do desejo segundo as tensões instauradas pelas oposições acima referidas. Nesse movimento, efeitos transgressivos são capturados nos códigos de atribuição de categorias e valores operantes no mercado da paquera homossexual masculina e, mais especificamente, no próprio mercado da prostituição. O leitor é, assim, conduzido pela apresentação detalhada de territórios, classificações e corporalidades em direção às trajetórias de michês e clientes, aos meandros e possibilidades de relacionamento entre eles, numa demonstração da proposição de Deleuze e Guattari, com grande efeito e sólida base etnográfica, de que segmentaridades “molares” e “moleculares” são inseparáveis, coexistem, se atizam e se excitam umas às outras, misturando prazeres e perigos, possibilitando controles e fugas.

O negócio do michê apresenta-se como um paradoxo: por um lado, põe em movimento uma fuga desejante que enlaça os corpos (uniões de órgãos, mais do que conjugalizações personalizadas). Por outro, uma diversidade de dispositivos se instaura para canalizar, veicular essa eclosão desejante, de modo a evitar, esmagar ou neutralizar os perigos de fuga. Perigos estes que podem aparecer sob diversas formas: perigo de morte ou violência

corrido pelo cliente; perigo de paixão ou efeminamento vivido pelo prostituto (250).

Como alternativa ao foco nas identidades sociosexuais, Perlongher elaborou a idéia de “territorialidade”, com a qual seria possível compreender as categorias de autodefinição sexual como “pontos” dentro de redes circulatórias, os quais estariam numa relação de contigüidade e mesmo de mistura. A territorialidade é assim pensada em termos de um “código-território”, que atualiza uma lógica peculiar de distribuição de atribuições categoriais a corpos e desejos em movimento, estipulando a fixação a um gênero, uma postura, uma aparência, uma gestualidade, uma discursividade, uma corporalidade – tatuagens e outras marcas corporais, tipificação da indumentária, modelização de tiques, trejeitos e gestuais –, que operam como indícios de um desempenho sexual esperado ou proclamado segundo os critérios de seleção e valorização de parceiros do mercado homoerótico masculino. Na compreensão das trajetórias e transas entre michês e clientes, Perlongher recorreu ainda às noções deleuze-guattarianas de “desterritorialização” e “reterritorialização”, as quais correspondem, respectivamente, a afastamentos em relação às sociabilidades respeitáveis, moralmente reconhecidas, e a aproximações aos códigos do “submundo”; no caso, da homossexualidade e da prostituição. Territorialidades envolvem, portanto, mais do que representações ou projetos: dizem respeito às mobilizações e deslocamentos espaciais e categoriais, bem como à materialidade de corpos e partes de corpos ressaltados e valorizados, incluindo os próprios lugares que esses corpos percorrem e dos quais auferem parte de sua legibilidade.

A profusão de classificações identitárias, que Perlongher encontra em operação nos circuitos de sociabilidade homossexual masculina e, particularmente, nos circuitos de trocas eróticas envolvendo michês, expressa o complexo sistema de atribuição de posições e valores no mercado homossexual. Haveria, de um lado, uma distribuição básica de territórios, que seriam atribuições

O negócio do desejo

sempre tentativas, designando mais arquétipos do que sujeitos reais, na medida em que estes oscilam de um ponto a outro e podem receber qualificações diferentes conforme o lugar em que se exibem. De outro, há atribuições que fazem referência, sobretudo, a quatro tipos de variantes ou séries – três explícitas: de gênero, idade, classe; e uma mais oculta, indireta ou subentendida, que é a de cor/raça. Perlongher chama essas variantes de “tensores libinais”, marcadores que operariam tanto como veículos de atribuições classificatórias quanto como estimuladores de fugas desejantes.

Assim, a transação entre garotos de programa e clientes tende a conectar, de um lado, rapazes jovens, de desempenho de gênero masculino, “ativos”, mais pobres e tendencialmente mais escuros; e, de outro, homens mais velhos, feminizáveis, “passivos”, mais ricos e tendencialmente mais brancos. No entanto, as categorias de classificação que operam nessas transações, a partir de combinações e recombinações desses “tensores libidinais”, são inúmeras e diversificadas. Perlongher observa que a profusão de categorias exprime, em parte, a fratura e a competição entre os modelos “hierárquico-popular” e “igualitário-moderno”, apontadas por Fry. Acrescenta também que ela se constitui como um “fenômeno barroco” por excelência – isto é uma proliferação de significantes que visariam coordenar e orientar o “movimento pulsional” segundo uma multiplicidade de perspectivas, sofisticando as codificações e fazendo o próprio sistema parecer cada vez mais turvo, hermético, obsessivo. Ao mesmo tempo, essa proliferação e superposição de múltiplos significantes possibilitariam a emergência de múltiplos pontos de fuga libidinal. Ainda assim, conforme o autor, trata-se de um “multiformismo de condutas e representações”, e não da construção de identidade de uma minoria desviante.

No território da perversão, os movimentos de desterritorialização e reterritorialização são relativos. Há, permanentemente, mobilizações nos dois sentidos. Assim,

desterritorialização a respeito da ordem familiar e do bairro, mas reterritorialização no circuito do mercado sexual; desterritorialização na abertura do corpo à perversão, mas reterritorialização na interdição do ânus e da boca, etc. A partir desta fluidez de base, o sistema é altamente instável. De alguma maneira, a proliferação e complexificação, especialização e “localismo” das nomenclaturas classificatórias, podem estar dando conta dessa dificuldade de “organizar a desordem” ou “sistematizar o acaso” (250).

Vale notar que a operacionalização etnográfica, por Perlongher, dos conceitos de Deleuze e Guattari, passava pela incorporação germinativa de uma insuspeitada ligação entre essas preocupações teóricas e certos pontos de vista da célebre “Escola de Chicago”, sobretudo no que diz respeito ao esforço de jogar luz sobre a fragmentação ou segmentaridade do sujeito urbano que, como ressalta Perlongher, teria sido assinalada pioneiramente pelos clássicos dessa tradição. Recordar essas releituras parece importante também para fazer pender a balança avaliativa das pesquisas inspiradas pelos desdobramentos da Escola de Chicago em favor do ponto de vista que as considera precursoras importantes (e injustamente desvalorizadas) de muitas das questões centrais dos atuais estudos sobre sexualidade – como a que se refere, por exemplo, aos modos contextualizados de operação das convenções associadas a práticas, papéis e identidades sexuais.

Perlongher procedeu a uma particular apropriação do conceito de “região moral”, que, na acepção de Robert Park, designava um território residual para o qual convergiam interesses, gostos e temperamentos ligados à boêmia, ao desejo não-convencional, o lugar onde as paixões indisciplinadas, reprimidas, sublimadas encontrariam vazão. Perlongher valeu-se também da noção de “gueto”, como área de convergência e circulação, mais do que de fixação residencial. Desse modo, também procedeu à crítica à transposição mecânica da noção de “gueto gay” – com seu compromisso de uma pretensa “universalização” da política

O negócio do desejo

de identidade gay – para a caracterização socioantropológica das territorialidades homossexuais nas cidades brasileiras.

Outra releitura rentável feita por Perlongher foi sobre a noção de “zona de deriva”, retirada da crítica de David Matza, de dentro do campo estudos do “desvio”, aos problemas envolvidos na noção de “carreira desviante” elaborada por Becker e Goffman, entre outros, também como desdobramentos do esquema analítico proveniente da Escola de Chicago. Da crítica de Matza, Perlongher acolheu os argumentos sobre a imprevisibilidade dos mecanismos que levavam sujeitos a ingressar em sociabilidades desviantes, e também o questionamento à suposição de que as sociabilidades desviantes desenvolvam por si algum sentido de “contracultura”. Zonas de deriva, na visão de Matza, seriam espaços de controle social afrouxado, que permitem a adesão temporária a normas, valores e condutas associados que caracterizariam as “subculturas de delinqüência” presentes de forma subterrânea na própria sociabilidade chamada de “normal”. Nas zonas de deriva os sujeitos responderiam alternadamente às demandas da “norma” e do “desvio”, adiando compromissos e evitando decisões definitivas em relação a uma ou a outra. O próprio ingresso nas zonas de deriva dificilmente poderia ser caracterizado como uma decisão consciente: seria, antes, acidental, imprevisível e até mesmo não percebido, assim como seriam imprecisas e borradiças as próprias fronteiras entre norma e desvio. Perlongher aproximou esse movimento em zonas de deriva ao conceito de “devir”, termo pelo qual Deleuze e Guattari designariam formas de deslocamento de identidades sociais “majoritárias” mediante o ingresso em linhas de fuga “minoritárias”.

As noções de deriva e devir, articuladas ao jogo persistente de fuga e captura, “nomadismo” e “sedentarização” orientam a leitura que Perlongher faz das trajetórias de vida e das categorizações dos garotos de programa e dos clientes em sua pesquisa. A própria paquera homossexual masculina é apresentada como uma prática de deriva, à maneira do *trottoir* da

prostituição feminina. As interações entre michês e seus clientes com vistas à procura e escolha de parceiros sexuais não faria mais do que refinar a combinação de acaso e cálculo, desejo e interesse, como aspectos constitutivos e indiscerníveis da deriva da paquera. Trata-se da disponibilidade para encontros mais ou menos fortuitos, que acendem desejos, os quais são submetidos às regras de cálculo do próprio campo. A sexualização do ato aparentemente casual de deslizar por entre a multidão põe em movimento um complexo sistema de cálculo de valores atribuídos ao que é capturado pelo olhar desejante. Assim, mais uma vez, desejo e interesse, “coordenadas libidinais e coordenadas socioeconômicas” aparecem inextricavelmente ligados no “agenciamento coletivo” que atualiza o negócio da prostituição masculina.

A fluidez de base orienta-se e atualiza-se pela força dos tensores libidinais na conformação de determinados padrões de transação. Do ponto de vista dos michês, a exploração do cliente mais velho aparece como uma espécie de demanda do mercado e como uma forma de tirar vantagem da dificuldade desses clientes de conseguir parceiros não-remunerados que reúnam as condições eróticas dos prostitutas (juventude, masculinidade), assim como de aproveitar a carência sexual dos mais idosos em geral. Da parte dos clientes, há o recurso do exercer algum controle do jovem por meio do poder de distribuição do dinheiro e de outras recompensas materiais e simbólicas. Em contrapartida, essas dimensões de cálculo e interesse vêm necessariamente articuladas às dimensões de desejo e fascínio. Do lado dos clientes, desejo e fascínio por parceiros de classe baixa, jovens e rudes, que representariam a masculinidade inculta e autêntica, “homens de verdade”. Do lado dos michês, desejo e fascínio pelo desfrute de uma série de objetos materiais, assim como das possibilidades de aquisição de novos círculos de relacionamentos e do acesso a informações e “cultura”.

A tradução das tensões de distribuição desejante em termos monetários é a operação central da prostituição. A equação entre

O negócio do desejo

desejo e dinheiro completa o trabalho de reterritorialização categorial que anula as diferenças, impondo a identidade do equivalente geral. O outro lado da moeda, no caso da prostituição viril, é que o dinheiro fetichiza e preserva a masculinidade diante das ameaças da perversão. Apegar-se à aventura circunstancial, à paga, ao “elogio do nomadismo”, torna-se também uma forma extrema e, de novo, paradoxal, de resistir ao primado da identidade e da generalidade, repondo a diferença. Daí o horror expressado pelos garotos de programa às possíveis formas de conjugalidade: “Michê que gosta é bicha, michê não pode gostar”. Por caminhos inesperados, vemos o raciocínio analítico de Perlongher aproximar-se de uma teoria crítica da ideologia, quase à moda de um marxismo reelaborado.

De outra parte, os michês pesquisados por Perlongher mostravam tolerância para com relações afetivas e sexuais prolongadas onde as diferenças de idade, de classe, de gênero, continuavam vigentes e reguladas pela retribuição, especialmente as que lhes possibilitavam adquirir certo “verniz cultural”. São os casos em que o cliente se converte numa espécie de “tio”, que pode até virar o melhor amigo e conselheiro da eventual mulher de seu parceiro, ajudar seus familiares, etc. São essas relações, aliás, que podem “dar certo” por assim dizer:

aquelas em que as condições de troca, que configuram uma imiscção inextricável de amor e comércio, desejo e dinheiro, são mantidas e viabilizadas frouxamente, afetuosamente, sob a forma de uma dação pederástica (241).

Perlongher provocativamente sugere que certas transações entre michês e clientes poderiam iluminar uma espécie de relação fundante da sexualidade ocidental – a conexão pederástica/pedagógica – e suas possibilidades de realização nas condições peculiares da troca capitalista.

As preocupações de Perlongher podem ser assimiladas ao que talvez se chamasse, hoje, de “virada pós-estruturalista” nos

estudos de gênero e sexualidade, em que modelos classificatórios passam a ser pensados como formas instáveis de categorias flutuantes, que circulam por diferentes relações. Uma preocupação correlata de Perlongher, que o faz também aproximar desses debates contemporâneos, é pensar os sujeitos fragmentados em diversas segmentaridades, como “divíduos”, em lugar de vê-los como unidades totais não-ambíguas, e assim reagir ao imperialismo conceitual e existencial da identidade. Outra conceituação inspiradora é a dos “tensores libidinais”, como marcadores de diferença que operam em articulação tanto para desencadear as fugas desejanças como para recapturá-las nos códigos, prescrições e dispositivos de controle operantes no mercado do sexo. Também é instigante a sugestão sobre os sentidos das relações que as pesquisas atuais no âmbito do mercado do sexo denominariam de “transacionais”.

Mais do que estas e várias outras ressonâncias no debate contemporâneo, porém, fica a referência de um trabalho de pesquisa sólido, de escrita eloqüente, que enfrentou questões de agência, perigo, dissenso e desigualdade, de uma perspectiva antropológica revigorada, ousada e criativa, numa temática ainda não plenamente legitimada nas nossas ciências sociais. Longe de um retrato aventuroso e exotizante, orientado por algum fascínio ingênuo pela marginalidade, o “negócio do michê” é mostrado como agenciamento complexo

de fluxos de dinheiro e desejo, de paixão e de morte, de corpos clientes (homossexuais marginalizados pela idade e pelo estigma), de corpos prostituídos (adolescentes minoritarizados pela juventude e pela miséria) (254).

A estrutura virada ao avesso expõe sem escamoteações estéticas sua molecularidade dura de afetos, carências, violências e desigualdades, de carne, sangue e demais fluidos.

A reedição ora lançada acrescenta um novo e alentado prefácio, escrito por Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, e corrige

O negócio do desejo

vários pequenos equívocos no texto original, inclusive atualizando o mapa do “gueto gay paulistano”. Trata-se de um trabalho editorial bastante elogiável e competente, ao qual, porém, caberiam duas ressalvas: a ausência de créditos aos dois prefaciadores, que se envolveram diretamente com o trabalho de preparação dos originais para publicação; e a escolha (a meu ver equivocada) de um não-lugar urbano como imagem de capa, substituto inexpressivo da vigorosa imagem da edição original, dos dois rapazes recostados num poste, na noite de uma rua reconhecivelmente paulistana.

Referências bibliográficas

- BECKER, Howard. *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. Nova York, The Free Press, 1963.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 5v. São Paulo, Ed. 34, 1997 [1980].
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp.87-115.
- GOFFMAN, Erwin. *Estigma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975 [1963].
- IRVINE, Janice. The sociologist as voyeur: social theory and sexuality research, 1910-1978. *Qualitative Sociology* (26), 4, 2003.
- LEVINE, Martin. Gay ghetto. In: LEVINE, M. (org.) *Gay men: the sociology of male homosexuality*. Nova York, Harper & Row, 1979.
- MATZA, David. *Delinquency and drift*. New Jersey, Transaction Publications, 1964.
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para investigação social no meio urbano [1916]. In: Velho, Otávio G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.